

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Bujaru**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bujaru x RI Capim x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de Bujaru (PA).



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Bujaru, a taxa de pobreza manteve-se elevada ao longo de todo o período, com variações discretas entre 2019 (70,5%), 2020 (68,9%) e 2021 (70,0%). Em 2022, houve uma queda significativa mas permaneceu alta (69,4%). Contudo, em 2023, Bujaru registrou um forte aumento para 73,8%, indicando um agravamento das condições socioeconómicas locais. (Gráfico 1).

O comportamento do indicador na RI Rio Capim e no estado do Pará foi semelhante: ambos registraram estabilidade de 2019 a 2021, com valores médios entre 41% e 44%,

seguidos de um pico em 2022 (63,1% na RI e 59,1% no Pará), possivelmente reflexo de efeitos residuais da pandemia. Em 2023, observaram queda acentuada, voltando a patamares mais baixos (46,3% na RI e 43,8% no estado). O contraste com a realidade de Bujaru, que seguiu em alta, sugere desafios estruturais mais graves no município que não foram amenizados pelas mesmas políticas ou conjunturas que beneficiaram o entorno (Gráfico 1).

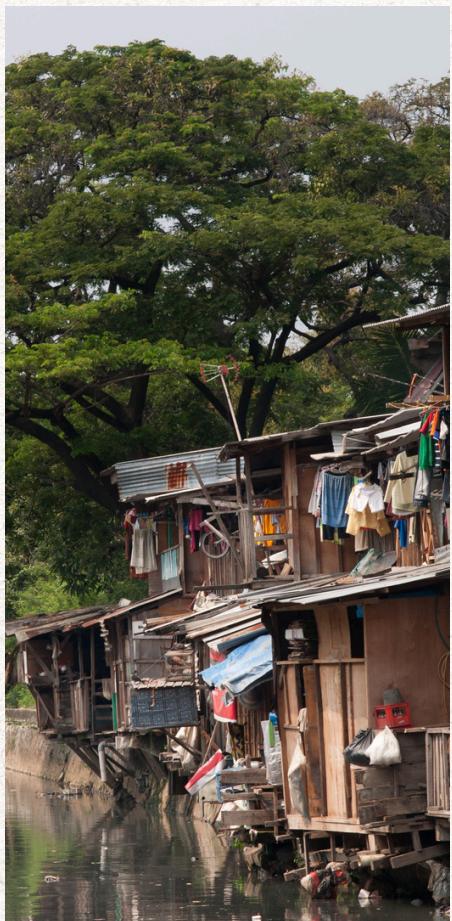
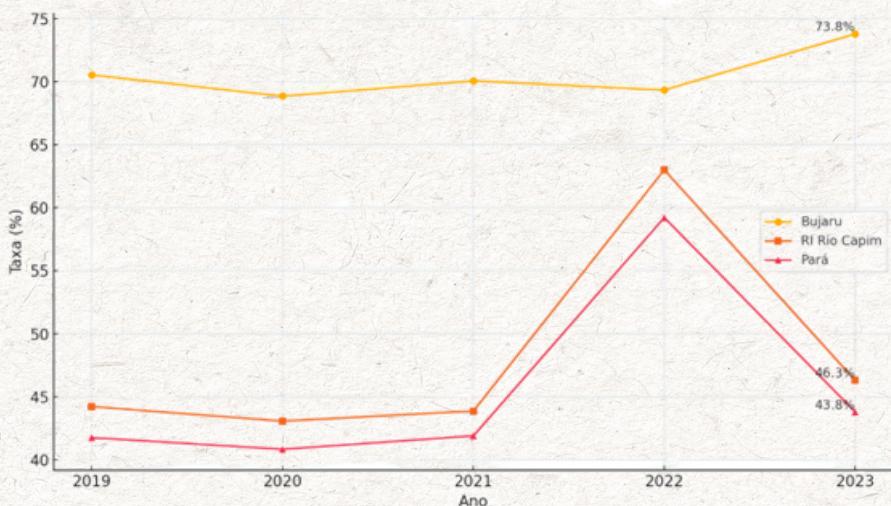




Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

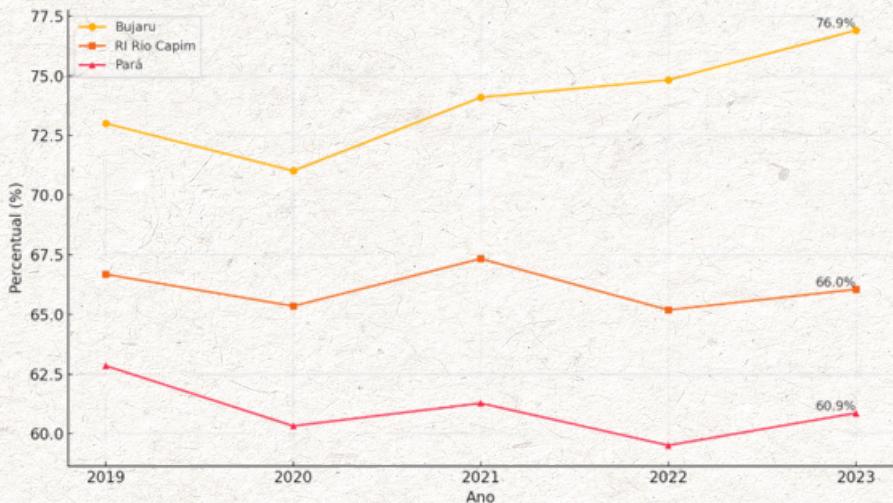
O município de Bujaru apresenta percentuais elevados de destinação orçamentária para serviços essenciais, com crescimento consistente: de 72,9% em 2019 para 76,9% em 2023. Apesar de uma leve queda em 2020 (71,1%), os anos seguintes mostraram recuperação (74,3% em 2021 e 74,9% em 2022), sinalizando maior priorização de saúde, educação e assistência social. Esse comportamento é mais acentuado que o da RI Rio Capim, que oscilou entre 65,4% (2020) e 67,4% (2021), encerrando 2023 em 66,0% (Gráfico 2).

No estado do Pará, o percentual foi mais ba-

ixo durante todo o período, variando de 62,9% em 2019 para 60,9% em 2023. Houve queda significativa em 2022 (58,9%), seguida de leve recuperação em 2023. Esse cenário indica que, proporcionalmente, Bujaru tem investido mais recursos públicos em serviços essenciais que suas esferas superiores. Ainda assim, a permanência de uma alta taxa de pobreza sugere que a alocação orçamentária, embora significativa, talvez não esteja sendo suficiente ou eficientemente empregada para reverter os efeitos da vulnerabilidade social (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



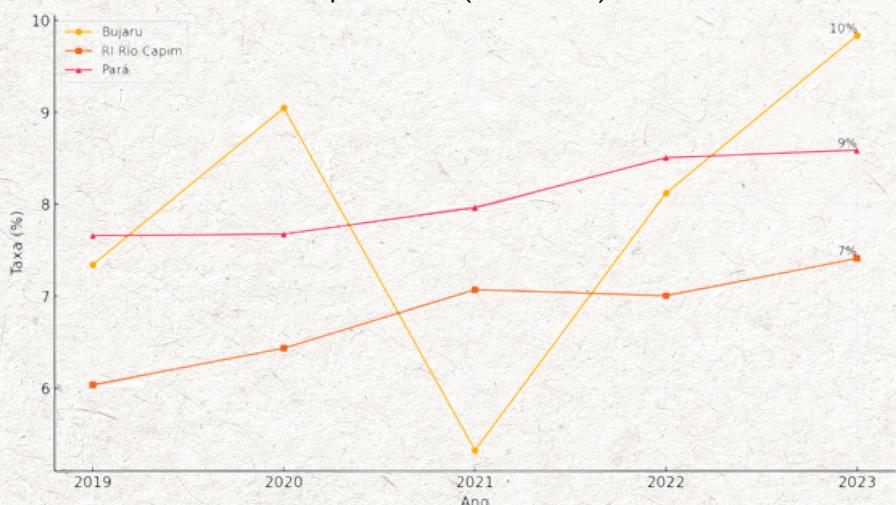
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Bujaru, o indicador oscilou fortemente entre 2019 e 2023. Iniciou com 7,3% em 2019, subiu para 9,0% em 2020 e, em 2021, caiu drasticamente para 5,4%. Contudo, nos anos seguintes, voltou a crescer, atingindo 8,1% em 2022 e alcançando 10% em 2023, o maior valor do período. Essa variação sugere instabilidades nos determinantes da saúde materno-infantil, como acesso a cuidados pré-natais e condições nutricionais. Na RI Rio Capim, os valores aumentaram de forma mais linear e moderada, partindo de

6,0% em 2019 para 7,5% em 2023 (Gráfico 3). O estado do Pará apresenta crescimento contínuo e relativamente estável, com valores de 7,6% (2019), 7,7% (2020), 7,9% (2021), 8,5% (2022) e 9,0% (2023). Essa tendência gradual pode indicar melhora na cobertura de notificação e/ou piora discreta nos indicadores sociais e de saúde. Comparativamente, Bujarú se destacou negativamente em 2023, com taxa superior à estadual e regional, sugerindo vulnerabilidades mais pronunciadas no território (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



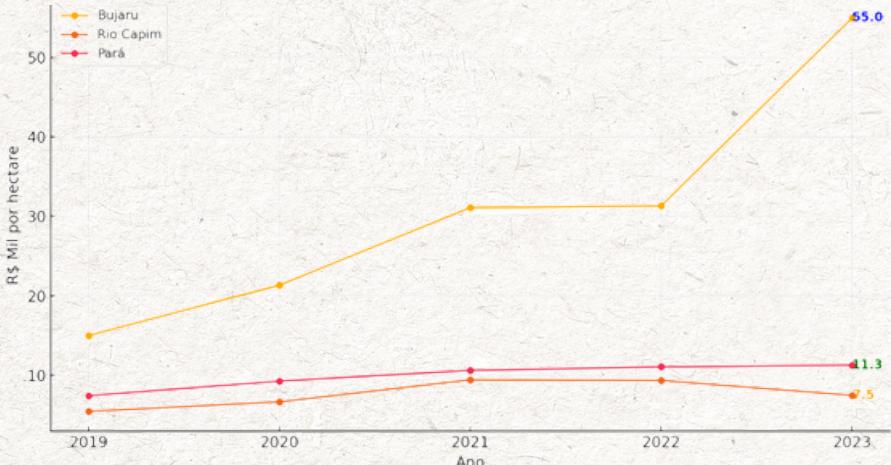
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Bujarú apresentou crescimento expressivo ao longo dos cinco anos analisados. Em 2019, era de R\$ 15 mil/hectare, subindo para R\$ 21,6 mil em 2020 e R\$ 31 mil em 2021 e 2022. Em 2023, houve novo salto, alcançando R\$ 55 mil/hectare. Este desempenho está muito acima da média da RI Rio Capim, que variou de R\$ 5,5 mil (2019) para apenas R\$ 7,5 mil (2023), e do estado do Pará, que saiu de R\$ 7,6 mil (2019) para R\$ 11,3 mil em 2023 (Gráfico 4).

Essa disparidade indica uma expansão signifi-

cativa da eficiência produtiva em Bujarú, possivelmente por meio de investimentos tecnológicos, maior mecanização ou diversificação de culturas de maior valor agregado. O crescimento contínuo também pode refletir melhorias na gestão agrícola ou maior acesso a políticas públicas específicas. No entanto, o alto índice de pobreza e a crescente prevalência de baixo peso ao nascer sugerem que os ganhos econômicos no setor primário ainda não se traduziram plenamente em desenvolvimento humano no município (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 55 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

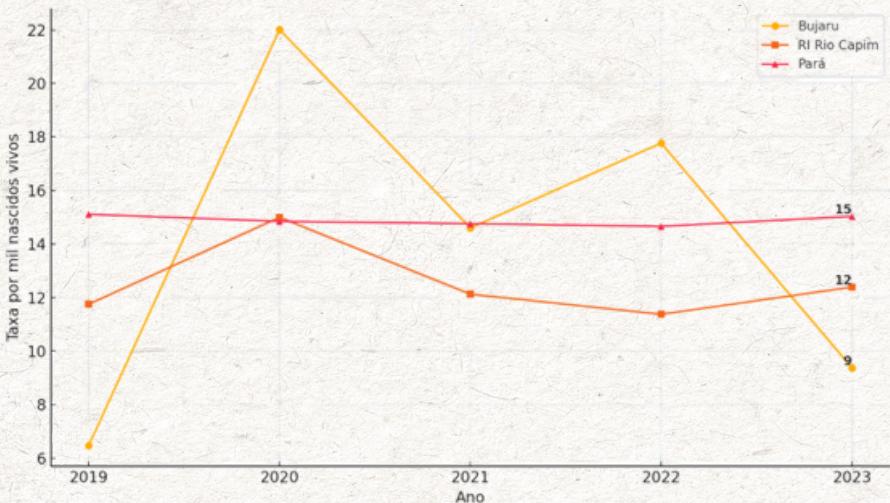
Em Bujarú, a taxa de mortalidade infantil teve variações significativas entre 2019 e 2023. O município iniciou com uma taxa de 6,3 em 2019 e registrou um pico acentuado em 2020, alcançando 22,1 mortes por mil nascidos vivos. Em 2021, houve uma queda brusca para 14,9, seguido de um novo aumento em 2022 (17,8). Já em 2023, Bujarú apresentou uma queda expressiva para 9,0, indicando uma possível melhora na assistência neonatal ou nos serviços de saúde materno-infantil (Gráfico 5).

Na Região de Integração Rio Capim, os valores oscilaram de forma mais moderada: 11,8 (2019), 14,9 (2020), 12,3 (2021), 11,4 (2022) e 12,2 em 2023. O estado do Pará manteve-se estável no período, com variações mínimas: 15,2 (2019), 14,9 (2020 e 2021), 14,7 (2022) e 15,0 (2023). Comparativamente, Bujarú teve desempenho mais volátil, com episódios críticos como o de 2020, mas também resultados positivos como o de 2023, que foi o mais baixo do período analisado (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

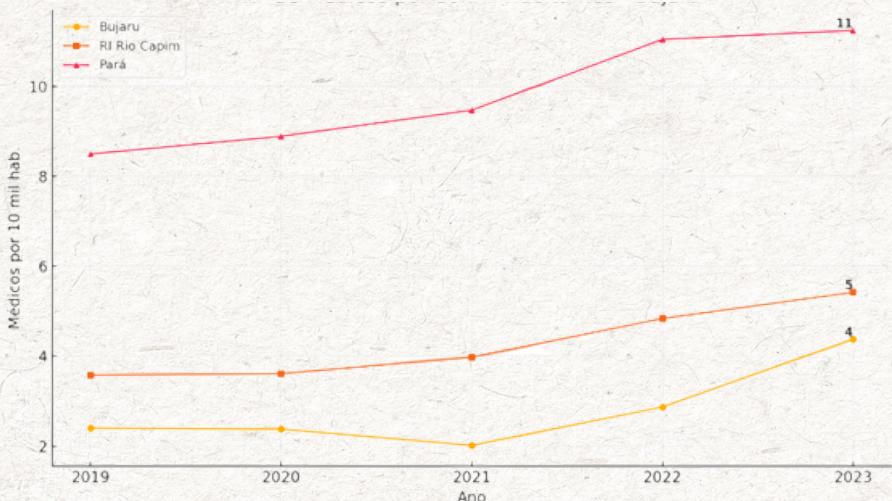
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Bujarú iniciou 2019 com uma taxa de 2,4 médicos por 10 mil habitantes, mantendo esse valor até 2020. Em 2021, houve uma leve queda para 2,0 médicos, seguida de crescimento contínuo nos anos posteriores, atingindo 2,9 em 2022 e 4,4 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Esse avanço demonstra uma melhora no acesso à assistência médica, embora o número ainda esteja abaixo das médias estadual e regional. A elevação em 2023 pode refletir políticas públicas de interiorização de profissionais ou ampliação da rede de saúde municipal (Gráfico 6).

A Região de Integração Rio Capim também mostrou crescimento: partiu de 3,6 médicos em 2019, manteve esse valor em 2020, depois cresceu para 4,0 em 2021, 4,8 em 2022 e alcançou 5,3 médicos por 10 mil habitantes em 2023. O estado do Pará, por sua vez, apresentou os maiores valores: 8,5 (2019), 8,9 (2020), 9,4 (2021), 11,0 (2022) e 11,2 (2023). Nota-se, portanto, uma desigualdade significativa na distribuição de profissionais, com Bujarú ainda bem abaixo da média estadual, embora a tendência recente seja positiva (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

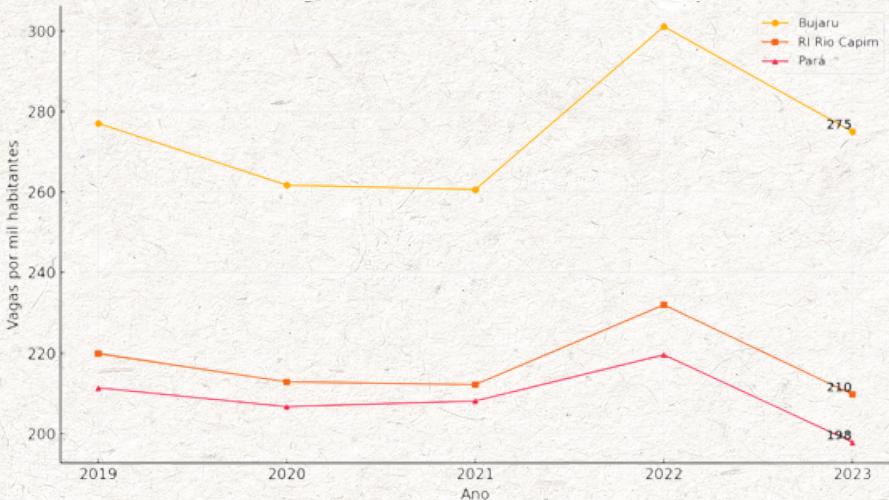
Bujarú manteve índices elevados de oferta de vagas no ensino público em relação à sua população. Em 2019, o município contava com 277,3 vagas por mil habitantes. Houve uma leve queda até 2021 (261,4 vagas), mas em 2022 ocorreu um forte aumento para 301,5 vagas, seguido de um recuo em 2023, com 275,0 vagas. Apesar dessa oscilação, os números permaneceram consistentemente superiores aos da RI e do estado ao longo de todo o período (Gráfico 7).

Na RI Rio Capim, os dados foram mais estáveis, variando de 220,0 vagas (2019) para 210,4 (2023), com pico em 2022 (231,5). O estado do Pará apresentou trajetória semelhante, com 211,6 vagas em 2019, queda para 206,1 em 2020 e recuperação em 2022 (219,5), mas encerrando 2023 com 198,1 vagas. Dessa forma, Bujarú se destaca positivamente por manter uma taxa de oferta de vagas bem acima da média regional e estatal, indicando uma rede educacional ampla (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 275 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

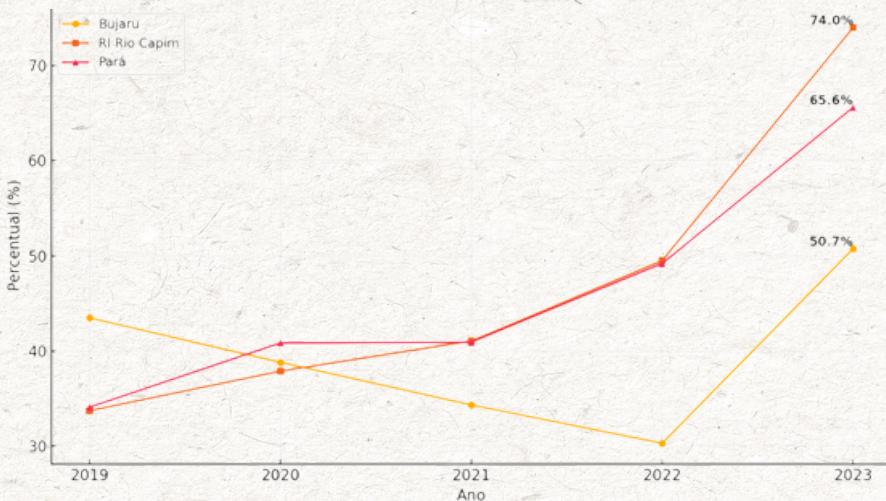
O percentual de escolas com acesso à internet em Bujarú apresentou comportamento inverso ao das outras esferas territoriais nos primeiros anos. O município iniciou com 43,3% em 2019 e apresentou queda até 2022, atingindo apenas 30,0%, enquanto o estado e a RI aumentavam seus percentuais. Em 2023, contudo, houve uma recuperação significativa em Bujarú, que alcançou 50,7%, superando os valores dos anos anteriores (Gráfico 8).

Na RI Rio Capim, o avanço foi constante:

de 33,6% (2019) para 74,0% (2023), com destaque para o crescimento acelerado entre 2022 e 2023. O estado do Pará também apresentou progresso contínuo, saindo de 34,1% em 2019 para 40,9% em 2020 e chegando a 65,6% em 2023. Apesar de ter recuperado em 2023, Bujarú ficou abaixo das médias estadual e regional, o que indica que há espaço para melhorias na infraestrutura tecnológica nas unidades escolares do município (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

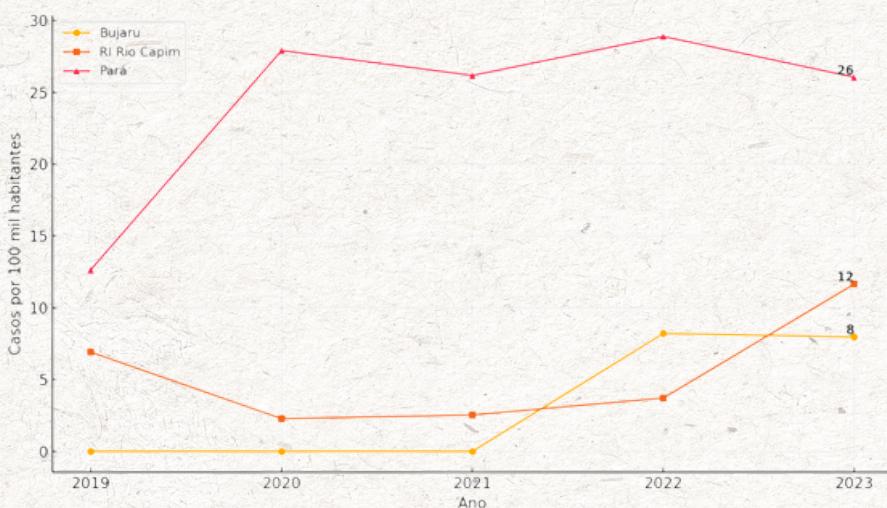


Em Bujarú, os registros de violência contra a mulher por parceiros começaram zerados entre 2019 e 2021. Em 2022, houve uma elevação significativa para 8 casos por 100 mil habitantes, mantendo-se próximo disso em 2023, com 8,0. A RI Rio Capim apresentou 6,9 casos em 2019, com redução em 2020 (2,4) e 2021 (2,6), voltando a subir para 3,7 em 2022 e chegando a 12,0 em 2023, ultrapassando inclusive o município (Gráfico 9).



No Pará, os valores foram muito mais elevados, subindo de 12,7 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 28,1 em 2020. Em 2021, houve ligeira redução (26,3), seguida de novo crescimento em 2022 (29,0) e queda em 2023 (26,0). O estado manteve níveis significativamente maiores ao longo do período, sinalizando maior visibilidade, notificação ou gravidade do problema. Já o crescimento recente em Bujarú e na RI sugere avanço da violência ou aumento da notificação local (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

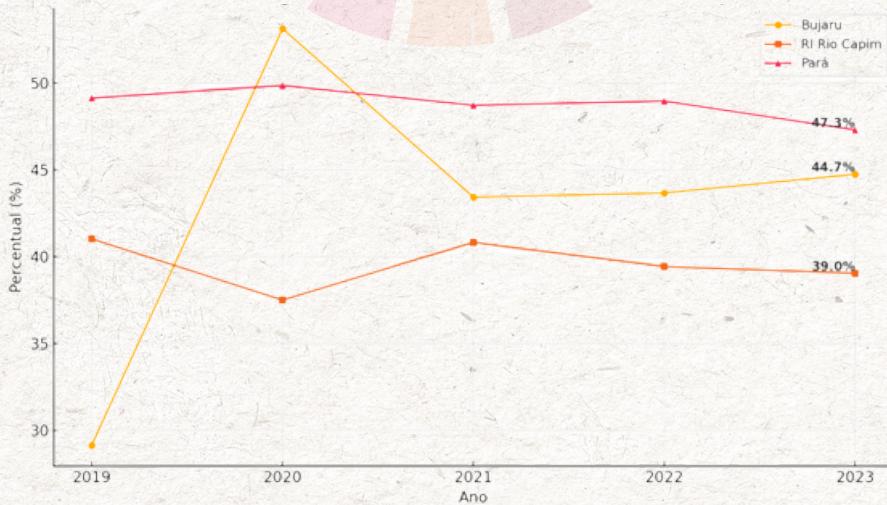
O município de Bujarú apresentou um aumento expressivo no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres entre 2019 e 2020, passando de 29,1% para 52,6%. No entanto, após esse pico, o índice caiu para 43,6% em 2021 e estabilizou-se em torno desse patamar nos anos seguintes, registrando 43,7% em 2022 e 44,7% em 2023. Apesar da oscilação, os dados indicam avanços na inserção feminina em posições de liderança no município, sobretudo se comparados ao cenário inicial de 2019 (Gráfico 10).





Na Região de Integração Rio Capim, o comportamento foi mais estável e menos expressivo: partiu de 41,0% em 2019, caiu para 37,6% em 2020, subiu para 40,7% em 2021 e, posteriormente, apresentou leve queda para 39,2% em 2022 e 39,0% em 2023. O estado do Pará apresentou os percentuais mais elevados, mantendo estabilidade acima dos 48%: 49,1% em 2019, 49,7% em 2020, 48,8% em 2021 e 2022, e 47,3% em 2023. Isso mostra que, embora o estado mantenha uma média mais alta, Bujarú demonstrou evolução importante, aproximando-se dos índices estaduais nos últimos anos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com coleta de esgoto em Bujarú foi muito baixo durante todo o período. Em 2019 e 2020, manteve-se em 0,7%, subindo levemente para 0,8% em 2021. Houve um avanço importante em 2022, quando o índice chegou a 1,7%, permanecendo praticamente estável em 2023 (1,6%). Apesar da melhora, o número ainda é bastante inferior ao da RI e do estado (Gráfico 11).

Na RI Rio Capim, o indicador partiu de 1,3% (2019), manteve-se estável em 2020 (1,3%) e cresceu gradualmente até 2,2% em 2023. Já o Pará apresentou avanços mais consistentes: partiu de 7,0% (2019), passou para 7,6% (2020), 8,5% (2021), 10,9% (2022) e atingiu 11,5% em 2023. A comparação evidencia que tanto Bujarú quanto sua RI estão muito aquém da média estadual no que se refere à inclusão das famílias de baixa renda em serviços básicos de esgotamento sanitário (Gráfico 11).

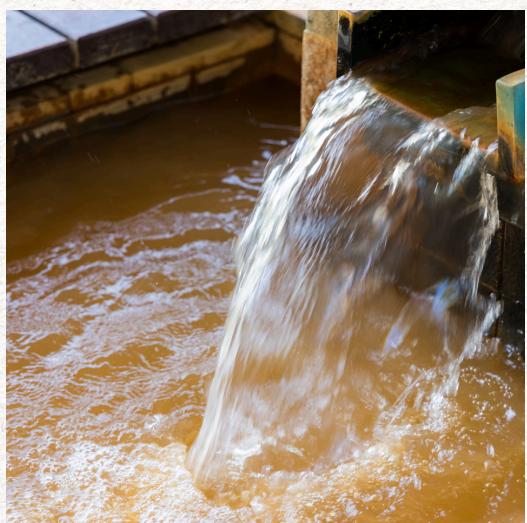
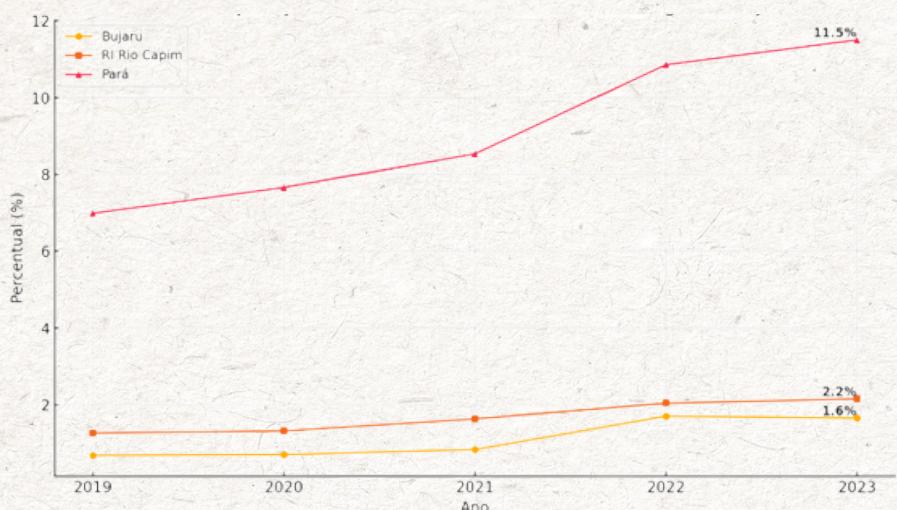




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Bujaru x RI Rio Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O gasto per capita com saneamento básico em Bujarú apresentou crescimento relevante, saindo de zero em 2019 e 2020, passando para R\$ 18,2 em 2021, R\$ 27,5 em 2022 e caindo para R\$ 21,0 em 2023. Apesar da elevação geral ao longo do período, os valores ainda são modestos, especialmente considerando as necessidades locais evidenciadas pelo baixo acesso à coleta de esgoto entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

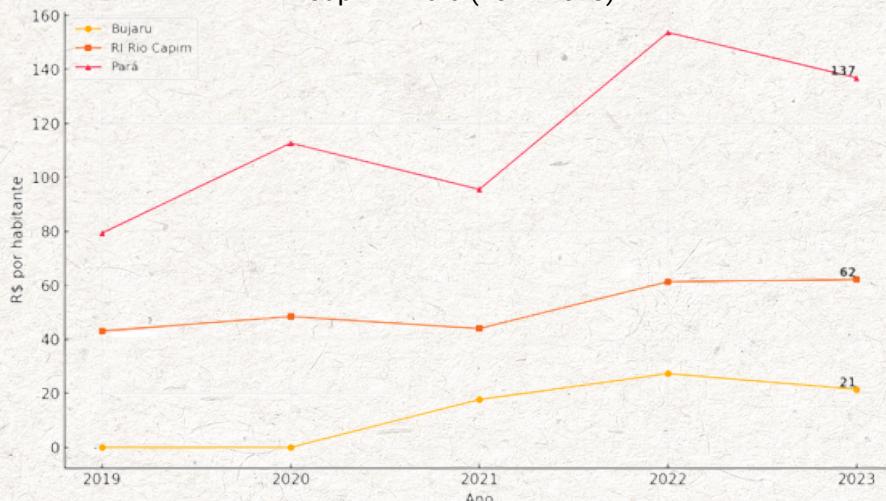
Na RI Rio Capim, o gasto tam-

bém subiu: de R\$ 43,4 (2019) para R\$ 49,0 (2020), oscilando até atingir R\$ 62,0 em 2023. Já o estado do Pará teve os maiores investimentos per capita: R\$ 79,4 (2019), R\$ 113,5 (2020), R\$ 95,6 (2021), R\$ 154,7 (2022) e R\$ 137,0 em 2023. O contraste mostra que Bujarú investe muito menos por habitante em saneamento do que a média estadual, o que ajuda a explicar os baixos índices de cobertura entre populações vulneráveis (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

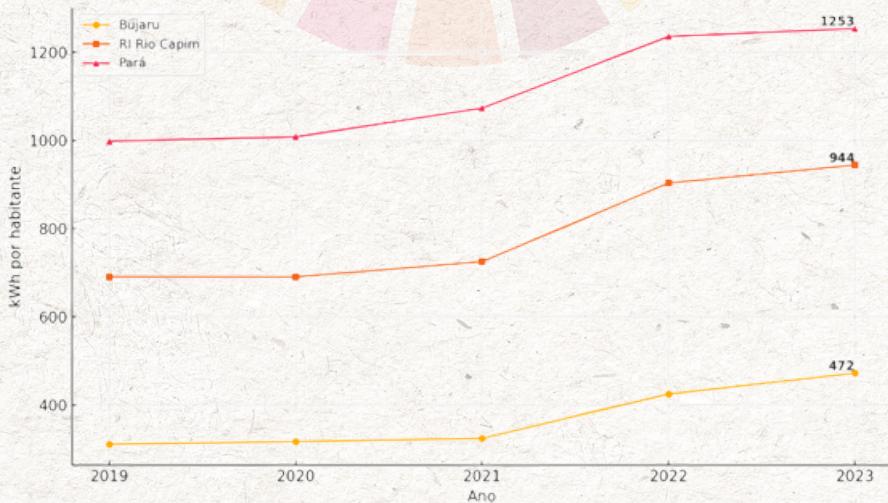


O município de Bujarú apresentou crescimento contínuo no consumo de energia elétrica per capita no período analisado. Em 2019, o consumo era de 309 kWh/hab., aumentando para 316 kWh/hab. em 2020 e 326 kWh/hab. em 2021. A partir de 2022, houve um salto mais expressivo: 425 kWh/hab., chegando a 472 kWh/hab. em 2023. Esses dados indicam maior acesso ou intensificação no uso de energia, ainda que em patamar muito inferior à média estadual e regional (Gráfico 13).



Na Região de Integração Rio Capim, o consumo foi significativamente mais alto, crescendo de 687 kWh/hab. em 2019 para 944 kWh/hab. em 2023. Já o estado do Pará manteve os maiores níveis, com 995 kWh/hab. em 2019, subindo para 1.013 (2020), 1.077 (2021), 1.235 (2022) e 1.253 kWh/hab. em 2023. Assim, percebe-se que, embora Bujarú tenha melhorado, a defasagem em relação ao estado (781 kWh/hab. a menos em 2023) ainda é considerável e pode refletir limitações na infraestrutura elétrica ou renda da população (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.), Bujarú x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 472 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

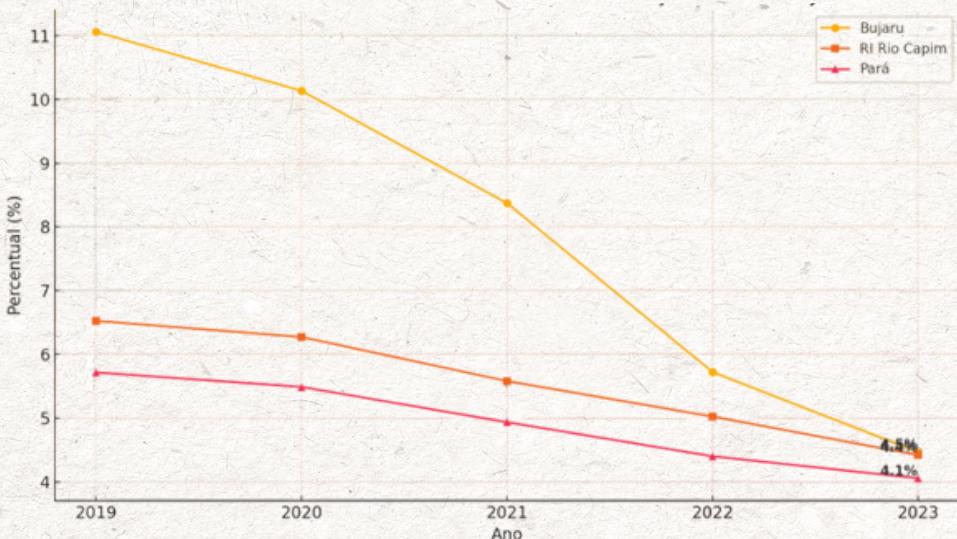
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Bujarú, o percentual de domicílios de baixa renda utilizando iluminação fóssil caiu de forma significativa. Em 2019, era de 11,0%, diminuindo para 10,2% em 2020 e 8,4% em 2021. O recuo se intensificou em 2022, chegando a 5,8%, e culminou com 4,5% em 2023. Essa redução indica avanços no acesso à rede elétrica formal ou substituição por fontes mais modernas, beneficiando diretamente a população mais vulnerável (Gráfico 14).



A RI Rio Capim também reduziu o uso de iluminação fóssil, de 6,5% (2019) para 4,4% (2023), enquanto o estado do Pará variou de 5,7% (2019) para 4,1% em 2023. Ainda que Bujarú tenha começado o período com valores muito superiores, o município convergiu significativamente para os patamares regionais e estaduais. Isso demonstra progresso importante na universalização do acesso à energia elétrica, embora o percentual ainda possa ser reduzido com políticas específicas (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



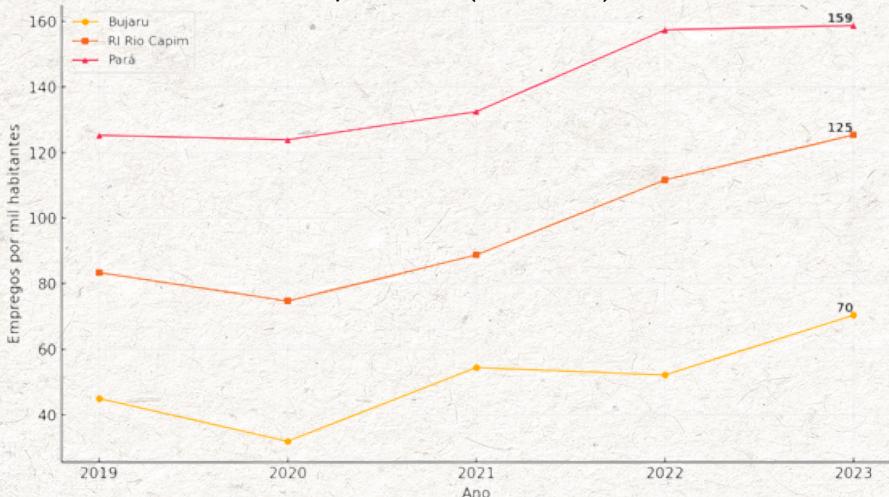
Em Bujaru, o número de empregos formais por mil habitantes apresentou recuperação após uma queda inicial. Em 2019, o município registrava 45 empregos formais por mil habitantes, número que caiu para 32 em 2020. A partir de 2021, observou-se uma recuperação significativa, com 55 empregos formais por mil habitantes, seguido por 53 em 2022 e um salto para 70 em 2023. A Região de Integração (RI) Rio Capim também teve crescimento consistente: partindo de 83 em 2019, caiu para 75 em 2020, mas subiu de forma constante nos anos seguintes, atingindo 125 em 2023. Esse crescimento expressivo sugere uma retomada econômica local após a crise pandêmica (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

No nível estadual, o Pará iniciou com 126 empregos formais por mil habitantes em 2019, manteve-se praticamente estável em 2020 (125), e depois acelerou: 133 (2021), 157 (2022) e 159 (2023). A performance estadual foi mais robusta e contínua, evidenciando uma base econômica mais sólida. Comparando os três níveis, nota-se que Bujaru permanece abaixo da média regional e estadual, apesar da melhora recente. A diferença em 2023 é marcante: 70 (Bujaru), 125 (RI) e 159 (Pará). Isso sugere desafios estruturais no mercado de trabalho do município, exigindo políticas específicas para sua dinamização (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O PIB per capita de Bujaru variou de forma moderada entre 2018 e 2022. Em 2018, o valor era de R\$ 15.800 e caiu para R\$ 14.300 em 2019. A partir de 2020, houve retomada, alcançando R\$ 16.800, seguido por R\$ 18.300 em 2021, até atingir R\$ 20.976 em 2022. A RI Rio Capim iniciou com R\$ 13.000 em 2018 e cresceu consistentemente: R\$ 14.300 (2019), R\$ 16.600 (2020), R\$ 18.400 (2021) e R\$ 21.977 (2022). Nota-se que, ao final da série, a região ultrapassa Bujaru em valor absoluto, revelando dinamismo econômico superior (Gráfico 16).

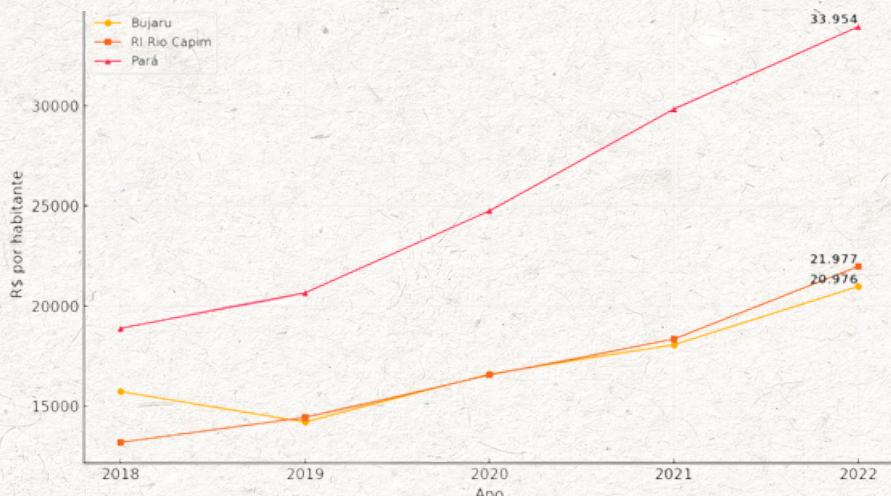
O estado do Pará apresentou



crescimento robusto em todo o período. Partindo de R\$ 18.900 em 2018, o valor passou para R\$ 20.700 (2019), R\$ 24.700 (2020), R\$ 29.800 (2021) e chegou a R\$ 33.954 em 2022. Esse avanço de quase R\$ 15 mil no período evidencia a força de setores estratégicos no estado, especialmente mineração e agronegócio. A disparidade entre o PIB per capita do Pará e os demais níveis mostra concentração da riqueza e necessidade de redistribuição do crescimento. Em 2022, o PIB per capita do estado foi 62% superior ao de Bujaru, apontando fortes desigualdades territoriais (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 20.976/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



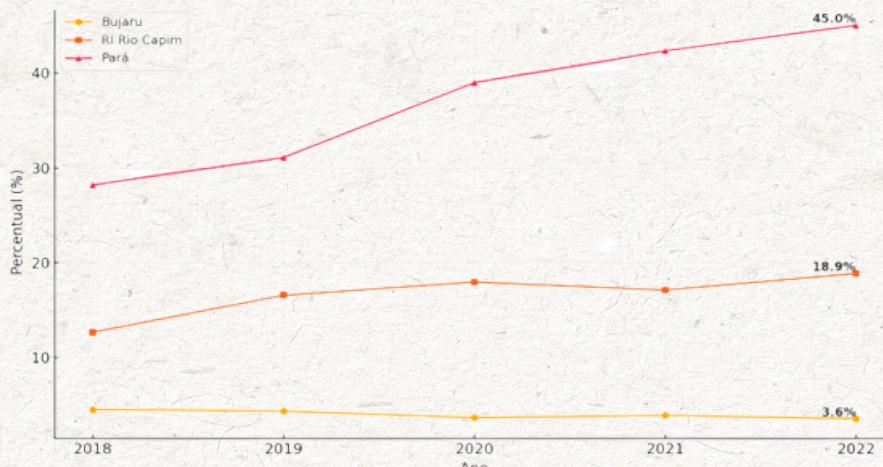
O município de Bujaru apresenta baixa participação da indústria em sua economia ao longo do período. Em 2018 e 2019, o valor adicionado industrial foi de apenas 4,3%, caindo para 3,6% em 2020, subindo levemente para 3,8% em 2021, e retornando a 3,6% em 2022. Esses percentuais revelam que a base econômica municipal é majoritariamente dependente de setores como serviços ou agropecuária, com fraca industrialização. A RI Rio Capim, por outro lado, apresentou maior contribuição da indústria: 12,7% (2018), 16,4% (2019), 17,9% (2020), 17,3% (2021) e 18,9% (2022) (Gráfico 17).

O estado do Pará exibe uma crescente e expressiva industrialização. Partiu de 28,3% em 2018, passando por 30,9% (2019), 38,6% (2020), 42,5% (2021) e alcançando 45,0% em 2022. Essa expansão contínua demonstra a forte presença de grandes indústrias extractivas e de transformação no estado, impulsionadas principalmente pela mineração. A comparação entre os três níveis evidencia o desequilíbrio no desenvolvimento industrial: em 2022, a participação da indústria no PIB do Pará foi mais de 12 vezes maior que a de Bujaru. Isso reforça a necessidade de estratégias de descentralização produtiva e estímulo ao setor secundário nos municípios menores (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Bujaru, a presença de profissionais da ciência permaneceu extremamente baixa no período analisado, iniciando com 1 profissional por 100 mil habitantes em 2019 e mantendo esse valor em 2020. Houve crescimento discreto nos anos seguintes: 1,1 em 2021, 1,3 em 2022, e atingiu 2 em 2023. Na Região de Integração



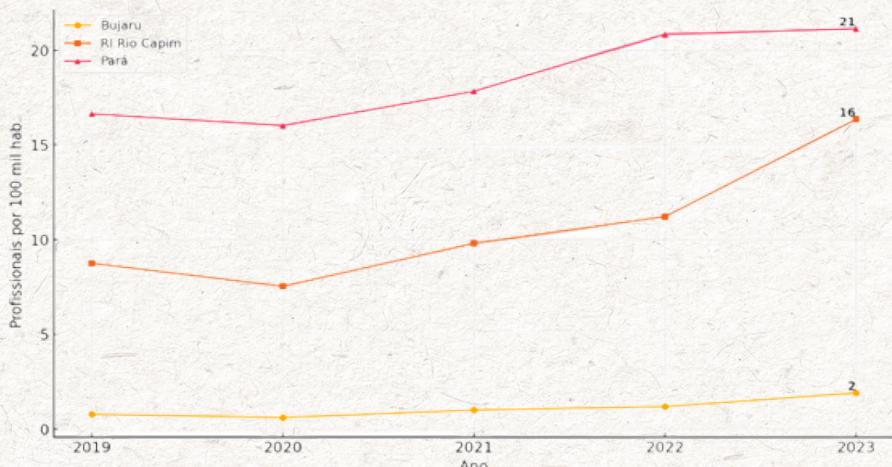
Rio Capim, os números foram consideravelmente mais altos, partindo de 8,8 em 2019, caindo para 7,6 em 2020, e depois avançando para 9,9 (2021), 11,2 (2022) e 16 em 2023. O crescimento na região indica fortalecimento da capacidade técnica e científica (Gráfico 18).



No estado do Pará, os dados demonstram uma estrutura mais consolidada de profissionais da ciência. Em 2019, o número era de 16,6 por 100 mil habitantes, caindo ligeiramente para 16 em 2020, mas crescendo nos anos seguintes: 17,9 em 2021, 21 em 2022 e mantendo esse valor em 2023. A disparidade entre Bujaru e os demais níveis territoriais é notável: em 2023, o estado tinha mais de dez vezes o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em relação ao município. Isso evidencia a carência local de mão de obra qualificada em áreas técnicas e científicas (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





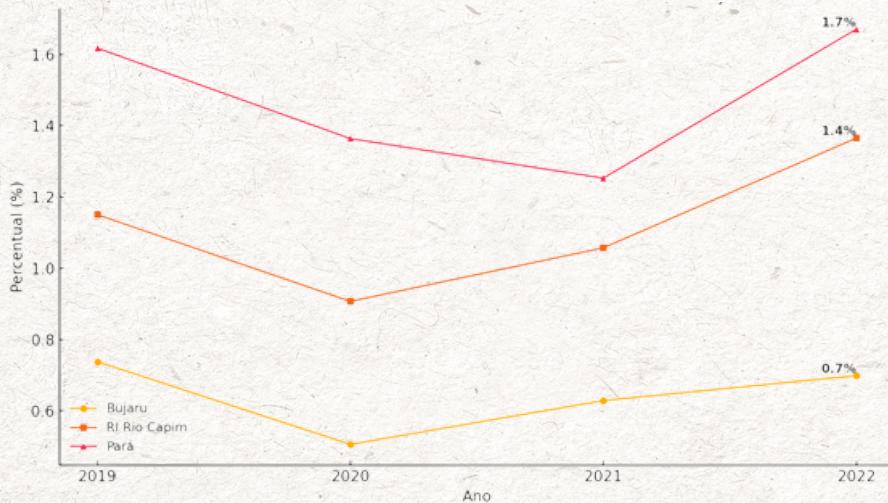
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Bujaru, a massa salarial dos vínculos formais representava 0,74% do PIB em 2019. Esse percentual caiu para 0,5% em 2020, possivelmente refletindo os efeitos da pandemia. Nos anos seguintes, observou-se leve recuperação: 0,63% em 2021 e 0,7% em 2022. Esses valores indicam baixa representatividade da remuneração formal na economia local, o que pode estar associado à informalidade predominante e à fragilidade do mercado de trabalho no município (Gráfico 19).

Na RI Rio Capim, os números foram maiores:

1,16% do PIB em 2019, caindo para 0,91% em 2020, depois crescendo para 1,06% (2021) e 1,4% (2022). O estado do Pará apresentou a maior proporção: 1,62% em 2019, com queda para 1,36% em 2020 e 1,26% em 2021, antes de retomar 1,7% em 2022. Embora todos os territórios tenham sofrido retração em 2020, a recuperação foi mais robusta no estado e na região, demonstrando maior dinamismo econômico e capacidade de geração de empregos formais bem remunerados (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Bujaru x RI Rio Capim x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

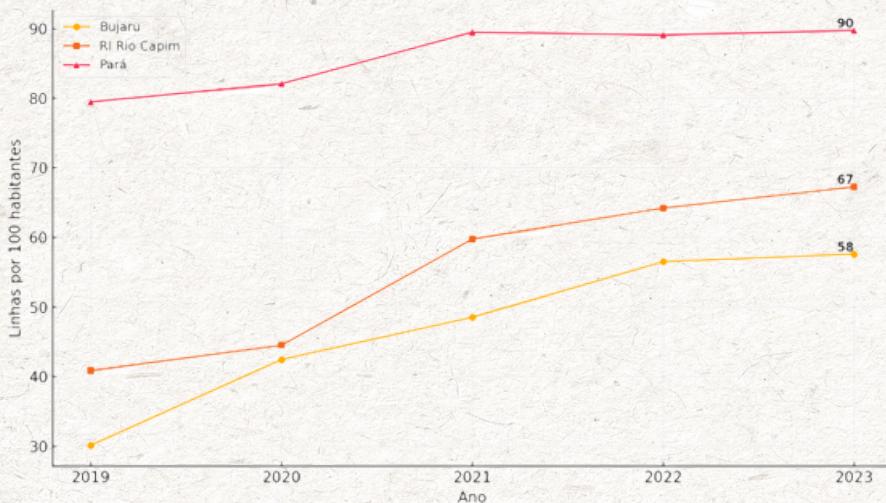
Em Bujaru, o número de linhas móveis por 100 habitantes cresceu de 30 em 2019 para 58 em 2023, com aumentos graduais ao longo dos anos: 43 (2020), 49 (2021), 57 (2022) e 58 (2023). Esse avanço demonstra maior inclusão digital e acesso a serviços de comunicação, embora o nível de cobertura ainda esteja abaixo do ideal. A Região de Integração Rio Capim partiu de 41 em 2019 e atingiu 67 em 2023, superando Bujaru em todo o período, com destaque para o salto entre 2020 (44) e 2021 (60) (Gráfico 20).

O estado do Pará apresentou desempenho superior desde o início da série, partindo de 79,5 linhas por 100 habitantes em 2019 e crescendo para 90 em 2023. A evolução no estado foi mais estável e consistente: 82 (2020), 89 (2021 e 2022), e ligeira elevação para 90 (2023). Isso evidencia desigualdades territoriais no acesso à telefonia móvel, com os municípios menores ainda enfrentando desafios estruturais, como cobertura de rede e infraestrutura tecnológica (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Bujaru, os gastos públicos por habitante com cultura e meio ambiente apresentaram forte oscilação. Em 2019, o valor foi de R\$ 30, subindo para R\$ 72 em 2020, caindo para R\$ 54 em 2021. Contudo, houve uma retomada expressiva em 2022 (R\$ 106), com crescimento ainda mais forte em 2023, chegando a R\$ 142 por habitante. Esses números refletem possível priorização dessas áreas nos últimos anos, após retração anterior (Gráfico 21).

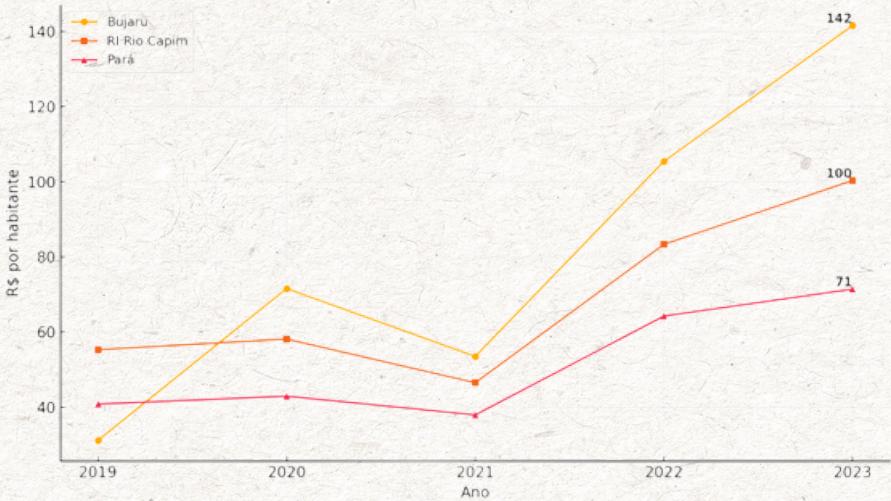
Na RI Rio Capim, os valores variaram de for-

ma mais contida: R\$ 56 (2019), R\$ 58 (2020), queda para R\$ 47 (2021), e crescimento contínuo para R\$ 83 (2022) e R\$ 100 (2023). O Pará teve comportamento mais modesto e estável, indo de R\$ 40 (2019) a R\$ 71 (2023), com aumento mais notável a partir de 2021. Em termos comparativos, Bujaru encerra o período com os maiores gastos per capita, evidenciando esforço local mais agressivo em políticas culturais e ambientais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 142/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





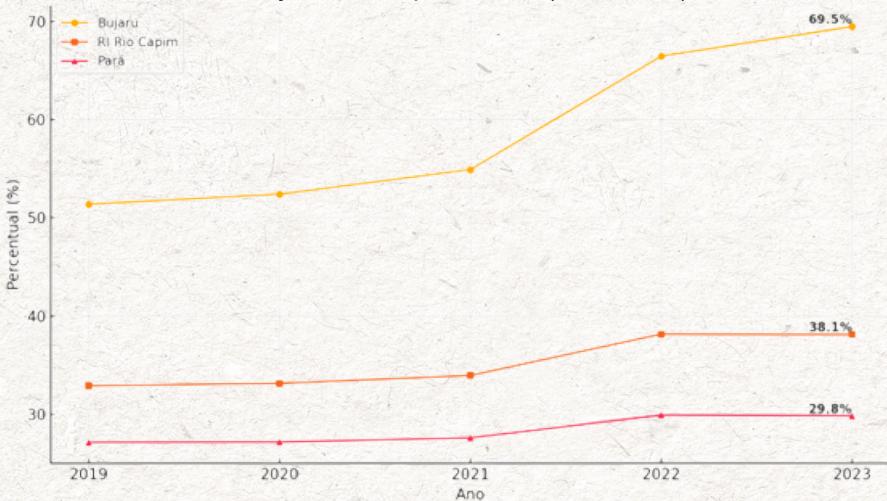
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Bujaru, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo cresceu significativamente: de 51,6% em 2019 para 69,5% em 2023. O avanço foi contínuo, passando por 52,5% (2020), 55% (2021), 66% (2022) e atingindo o maior nível em 2023. Esse crescimento aponta sérias deficiências na coleta e destinação adequada de resíduos, especialmente nas áreas mais vulneráveis da população (Gráfico 22).

Na RI Rio Capim, os números também cres-

ceram, mas em menor proporção: de 32,8% (2019) para 38,1% (2023), com variações graduais ao longo do tempo. Já o estado do Pará apresentou o menor crescimento e os menores percentuais: 27,1% (2019), 27,3% (2020), 27,6% (2021), 29,9% (2022) e mantendo 29,8% em 2023. A disparidade entre Bujaru e o estado evidencia uma lacuna crítica nos serviços de saneamento, especialmente em áreas de baixa renda no município (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 69,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



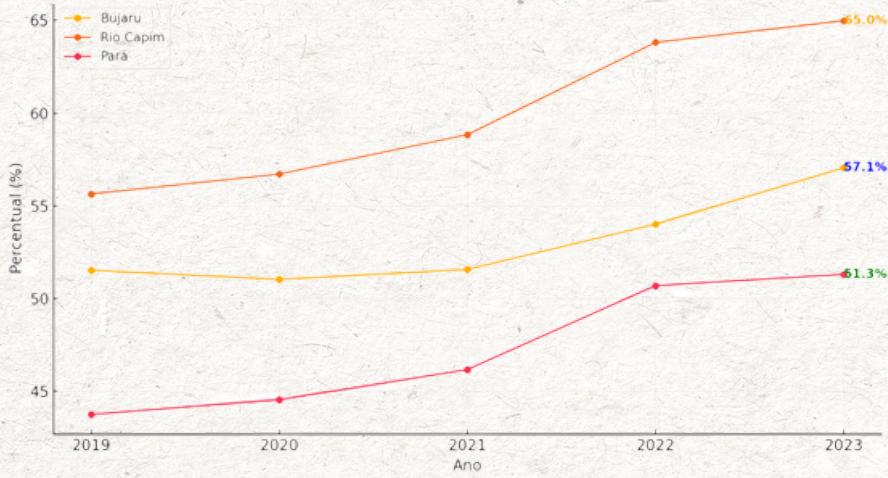
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Bujaru começou com 51,6% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar em 2019, valor que oscilou levemente para baixo em 2020 (51,0%), mas voltou a subir gradualmente: 51,5% (2021), 54,1% (2022) e 57,1% (2023). Essa trajetória indica estagnação na universalização do saneamento adequado, afetando diretamente a saúde pública e a qualidade de vida (Gráfico 23).

A RI Rio Capim apresentou percentuais su-

periores a Bujaru ao longo de todo o período: de 55,7% em 2019 para 65% em 2023, com elevações sucessivas, evidenciando um quadro ainda mais crítico. Já o estado do Pará mostrou melhora relativa: 43,6% em 2019, subindo de forma constante até 51,3% em 2023. Apesar do avanço, os dados sugerem que mais da metade da população de baixa renda no Pará vive em condições precárias de esgotamento sanitário, exigindo maior investimento e políticas públicas específicas (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



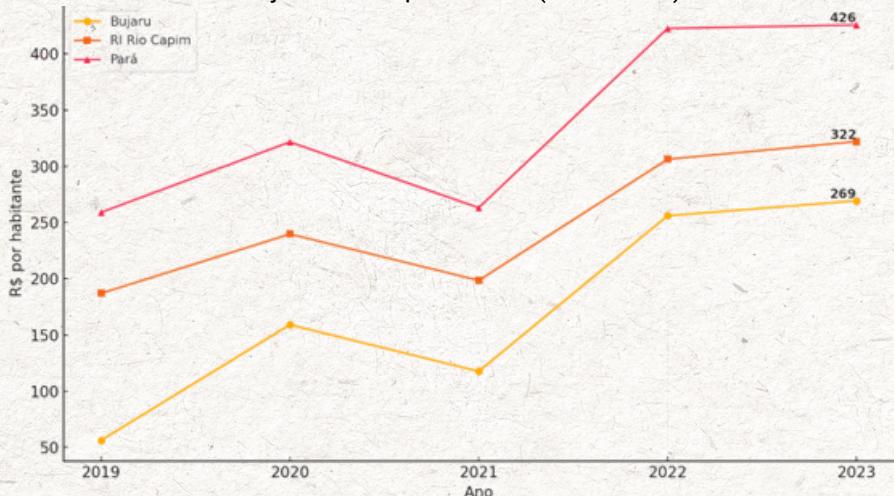
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Bujaru, os gastos per capita com prevenção de desastres naturais mostraram crescimento significativo, partindo de R\$ 56 por habitante em 2019 e alcançando R\$ 269 em 2023. Houve aumento expressivo em 2020 (R\$ 159), seguido por uma redução para R\$ 121 em 2021. Nos dois últimos anos, os valores dispararam: R\$ 255 (2022) e R\$ 269 (2023). Essa tendência pode indicar maior preocupação local com os impactos das mudanças climáticas ou eventos extremos (Gráfico 24).



Na Região de Integração Rio Capim, os gastos também evoluíram de forma positiva: R\$ 189 (2019), R\$ 240 (2020), R\$ 200 (2021), R\$ 308 (2022) e R\$ 322 (2023). Já o estado do Pará, que partiu de um patamar mais alto (R\$ 258 em 2019), atingiu R\$ 426 em 2023, com pico em 2022 (R\$ 423). A comparação mostra que Bujaru se aproxima da média regional, mas ainda permanece atrás do esforço estadual, o que aponta espaço para fortalecimento das políticas de prevenção (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 269/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



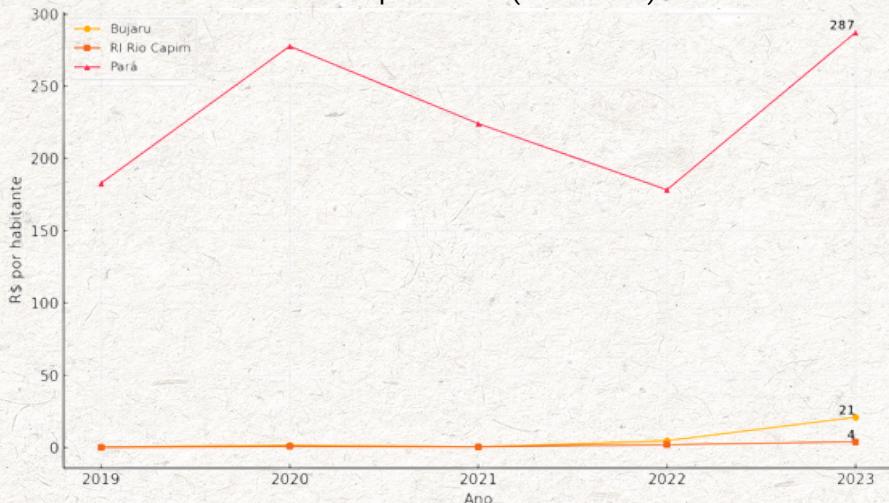
Despesa per capita com preservação aquática

Bujaru apresentou um crescimento relevante nos investimentos em preservação aquática, ainda que a base fosse extremamente baixa. Em 2019 e 2020, o gasto foi praticamente nulo (R\$ 0), subindo para R\$ 1 em 2021, R\$ 5 em 2022 e alcançando R\$ 21 em 2023. A RI Rio Capim também teve valores baixos: R\$ 0 (2019), R\$ 1 (2020), R\$ 0 (2021), R\$ 2 (2022) e R\$ 4 em 2023. Apesar do crescimento, os investimentos ainda são irrisórios, considerando a importância ambiental da região (Gráfico 25).

Por outro lado, o estado do Pará registrou investimentos expressivos: R\$ 183 (2019), R\$ 280 (2020), R\$ 224 (2021), R\$ 180 (2022) e R\$ 287 em 2023. A diferença entre os níveis territorial é gritante – o valor estadual é 13 vezes maior que o de Bujaru em 2023. Isso revela uma forte desigualdade na priorização e capacidade de financiar políticas de proteção dos recursos hídricos, sobretudo nos municípios pequenos e com menor arrecadação (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 21/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



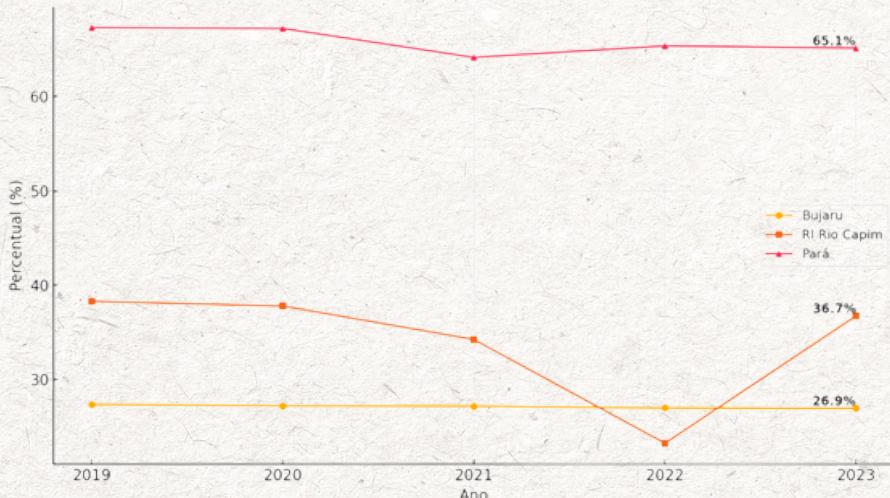
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Bujaru, a cobertura florestal permaneceu quase constante entre 2019 e 2023, iniciando em 27,2% e finalizando o período com 26,9%. Houve estabilidade em 2020 (27,2%), 2021 (27,2%) e uma leve queda em 2022 (26,5%), recuperando-se parcialmente em 2023. Esse padrão indica ausência de políticas de recuperação florestal e pressão contínua sobre o território. A RI Rio Capim começou com 38,3% em 2019, sofreu queda expressiva até 2022 (22,5%) e recuperou para 36,7% em 2023 (Gráfico 26).

O estado do Pará, com maior área de floresta preservada proporcionalmente, manteve índices superiores ao longo da série: 65,3% (2019 e 2020), 63,6% (2021), 64,8% (2022) e 65,1% (2023). A leve oscilação indica relativa estabilidade na conservação estadual. Comparativamente, tanto Bujaru quanto a RI Rio Capim têm percentuais muito inferiores, o que reforça a necessidade de ações de reflorestamento e proteção ambiental em nível municipal e regional (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



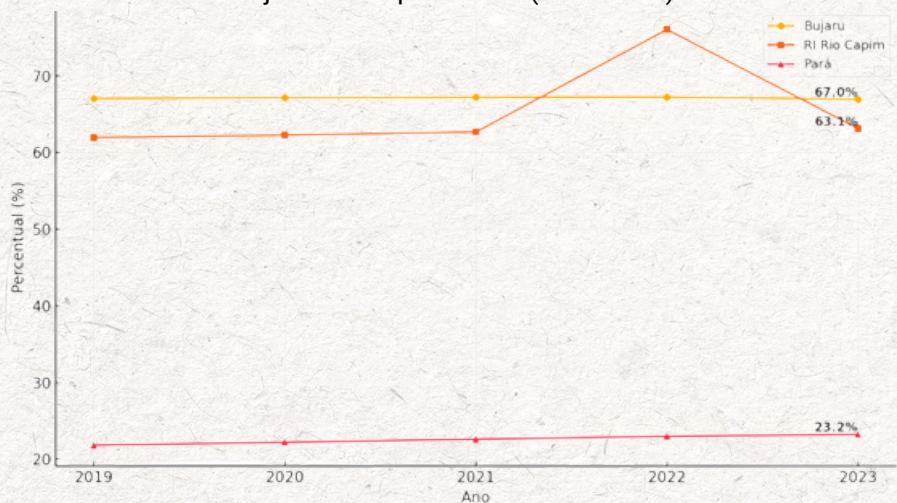
Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O percentual da área desmatada em Bujaru manteve-se estável de 2019 a 2023, variando levemente entre 66,8% e 67%. Em 2023, o valor foi de 67%, evidenciando um território já amplamente desmatado, com pouca variação ao longo do tempo. Esse cenário pode indicar esgotamento do potencial de expansão da fronteira agrícola ou ausência de cobertura vegetal passível de desmatamento adicional. A RI Rio Capim teve trajetória semelhante: 62% (2019), 62,4% (2020), 62,7% (2021), pico de 76% em 2022, e queda para 63,1% em 2023 (Gráfico 27).

O estado do Pará apresentou os menores percentuais e menor variação: de 21,1% em 2019 para 23,2% em 2023, demonstrando controle mais efetivo do desmatamento em escala estadual. A diferença entre Bujaru e o Pará é de quase 44 pontos percentuais em 2023, o que escancara o desafio da governança ambiental em nível local. Enquanto o estado sustenta índices compatíveis com políticas de preservação, o município mostra sinal de alerta ambiental crônico, exigindo ações urgentes de recuperação e fiscalização (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

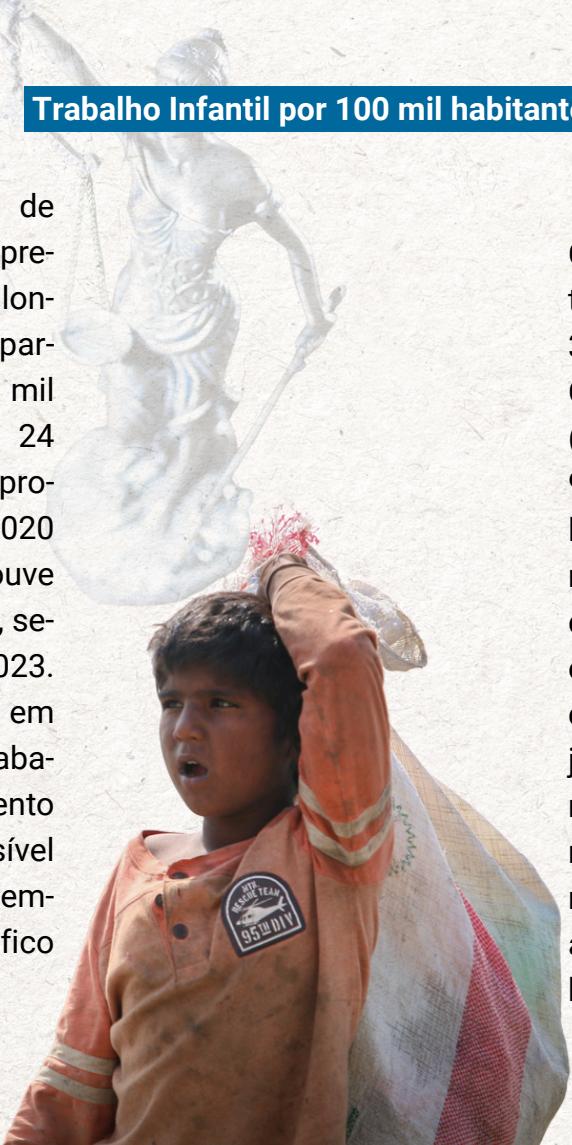
O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

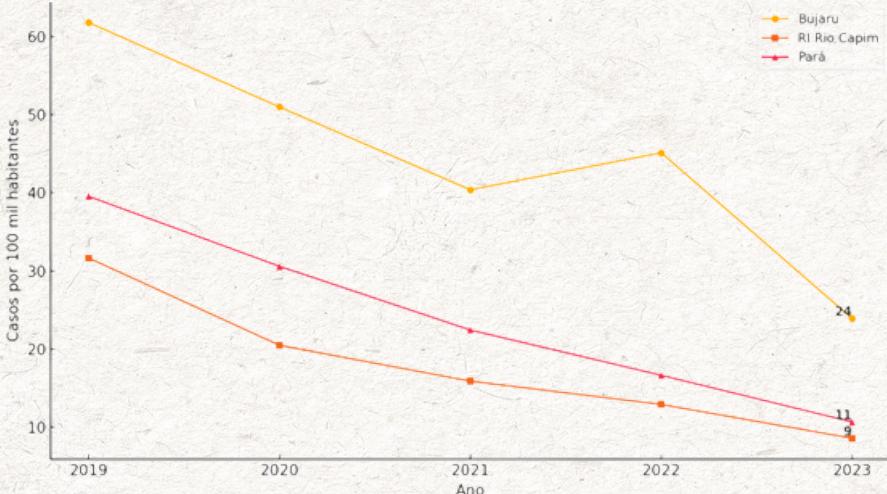
Em Bujaru, o número de casos de trabalho infantil apresentou queda relevante ao longo do período analisado, partindo de 62 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 24 em 2023. A redução foi progressiva até 2021 (51 em 2020 e 40 em 2021), mas houve uma leve alta em 2022 (45), seguida de forte recuo em 2023. A trajetória indica avanços em políticas de combate ao trabalho infantil, embora o aumento em 2022 sugira um possível impacto social ou falha temporária de fiscalização (Gráfico 28).



Na Região de Integração Rio Capim, a evolução foi mais estável e linear, com redução de 32 em 2019 para 9 em 2023. Os dados anuais foram: 21 (2020), 16 (2021), 13 (2022) e 9 (2023), revelando um controle mais constante do problema. Já o estado do Pará partiu de 39 em 2019 e chegou a 11 em 2023, também com queda contínua. A diferença entre Bujaru e os demais territórios mostra que, embora o município tenha progredido, ainda registra o triplo da taxa estadual, o que exige atenção redobrada (Gráfico 28).



Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Bujaru iniciou o período com uma taxa alarmante de 89 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, valor que caiu para 58 em 2020 e 54 em 2021. Em 2022, atingiu o ponto mais baixo da série (37), mas voltou a crescer em 2023, encerrando o ano com 45. Apesar da redução em relação a 2019, a variação demonstra instabilidade na segurança pública local, com oscilações preocupantes que podem refletir conflitos pontuais ou ausência de políticas preventivas eficazes (Gráfico 29).

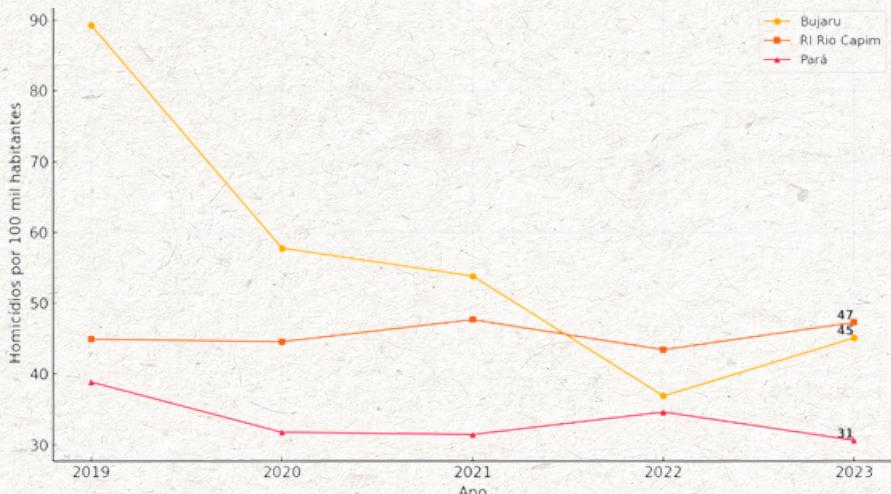
Na RI Rio Capim, a taxa permaneceu mais

estável, oscilando entre 44 e 48 ao longo do período, encerrando 2023 com 47 homicídios por 100 mil habitantes. O estado do Pará apresentou os menores níveis: partiu de 39 em 2019, caiu para 32 em 2020 e 31 em 2023, com leve oscilação em 2021 e 2022. Comparando os territórios, observa-se que Bujaru se afasta positivamente dos índices extremamente altos de 2019, mas continua em desvantagem frente ao estado, apontando para desafios persistentes na segurança local (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





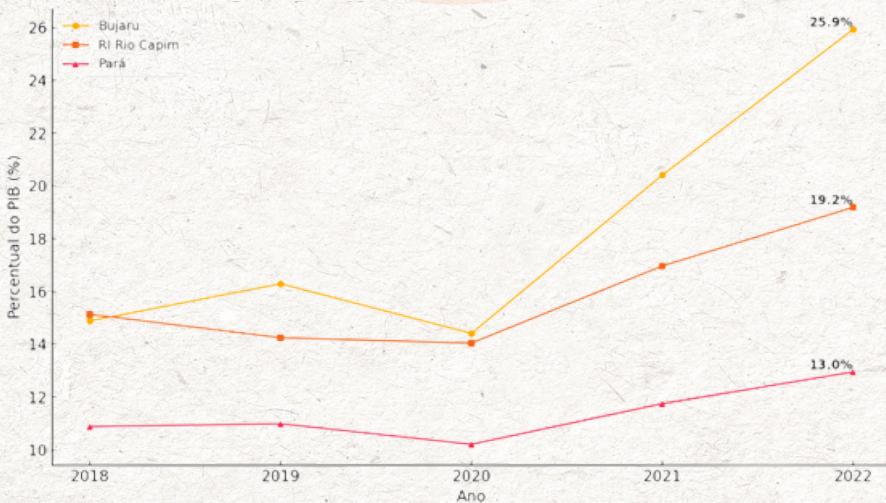
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Bujaru, os gastos públicos municipais em relação ao PIB apresentaram aumento expressivo ao longo do período. Em 2018, o valor era de 15,1%, subindo para 16,3% em 2019. Houve queda em 2020, com 14,4%, mas o indicador cresceu significativamente nos anos seguintes: 20,5% em 2021 e 25,9% em 2022. Esse crescimento pode refletir tanto aumento real das despesas quanto redução do PIB local, possivelmente vinculada a variações na atividade econômica ou arrecadação (Gráfico 30).

A RI Rio Capim iniciou com 14,8% em 2018, oscilou para 14,3% (2019) e 14,1% (2020), mas

também apresentou aceleração: 17,0% em 2021 e 19,2% em 2022. Já o estado do Pará teve os menores percentuais: 11,0% (2018), 11,1% (2019), queda para 10,1% em 2020, retomando para 11,7% em 2021 e atingindo 13,0% em 2022. A análise comparativa mostra que Bujaru destinou proporcionalmente mais de seu PIB aos gastos públicos em 2022 do que o dobro do índice estadual, sinalizando possível esforço local para manter ou ampliar serviços públicos diante de limitações econômicas (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Bujaru x RI Capim x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 25,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



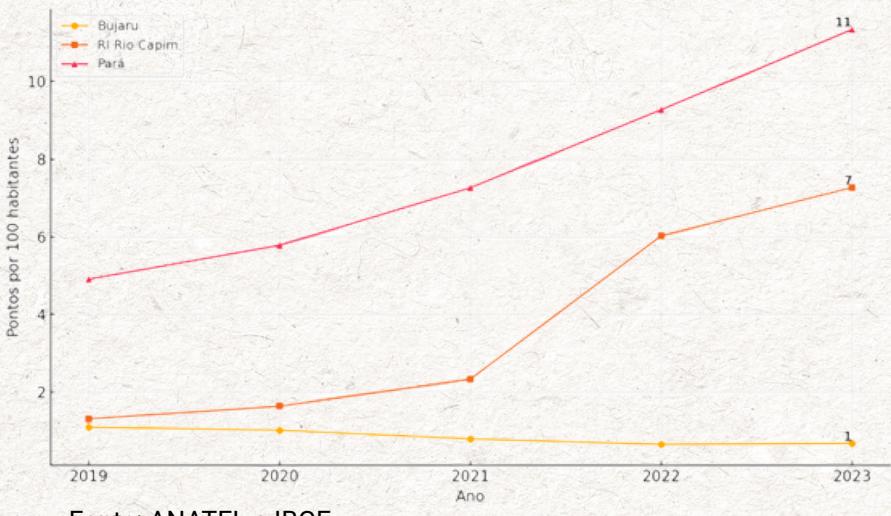
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Bujaru, o acesso à banda larga fixa permaneceu extremamente baixo durante todo o período. O município iniciou com 1,1 ponto por 100 habitantes em 2019 e seguiu em queda: 1,0 (2020), 0,8 (2021), 0,7 (2022) e apenas 1 em 2023. Isso demonstra retrocesso na conectividade fixa, refletindo provavelmente a precariedade da infraestrutura de telecomunicações e/ou o aumento da dependência por conexões móveis ou inexistência de cobertura adequada. Tal limitação impacta diretamente a inclusão digital e o acesso a serviços online essenciais (Gráfico 31).

Na Região de Integração Rio Capim, o indica-

dor cresceu de 1,3 (2019) para 7,0 em 2023, passando por 1,6 (2020), 2,3 (2021) e 6,0 (2022), revelando avanços consideráveis na oferta e adoção de banda larga fixa. O estado do Pará apresentou trajetória ainda mais sólida, saindo de 4,9 pontos em 2019 e chegando a 11,0 em 2023, com crescimento contínuo ao longo dos anos. A disparidade entre Bujaru e os demais níveis é significativa, com o município praticamente estagnado enquanto estado e região evoluíram, o que evidencia uma desigualdade tecnológica estrutural que demanda intervenção urgente (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Bujaru x RI Capim x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

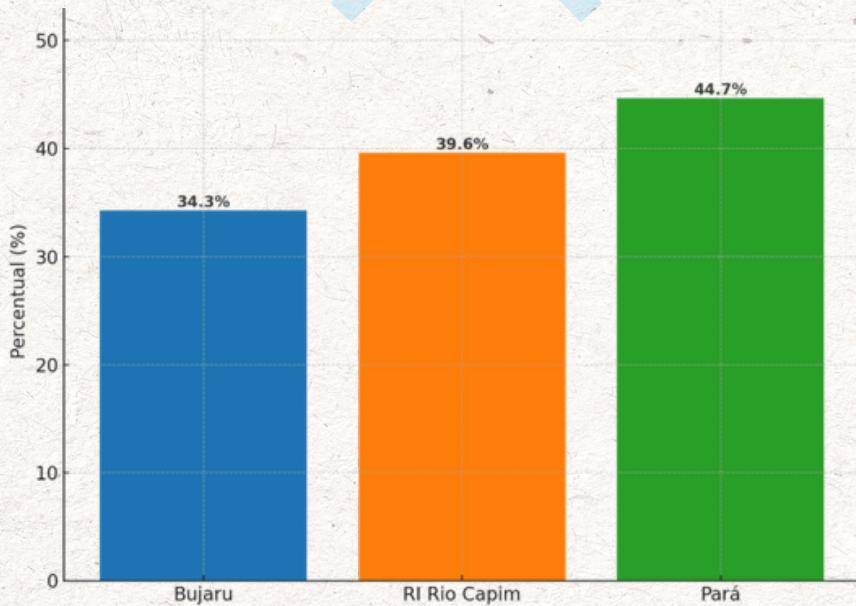
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de Bujaru registrou um IDS de **34,3%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Bujaru x RI Capim x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



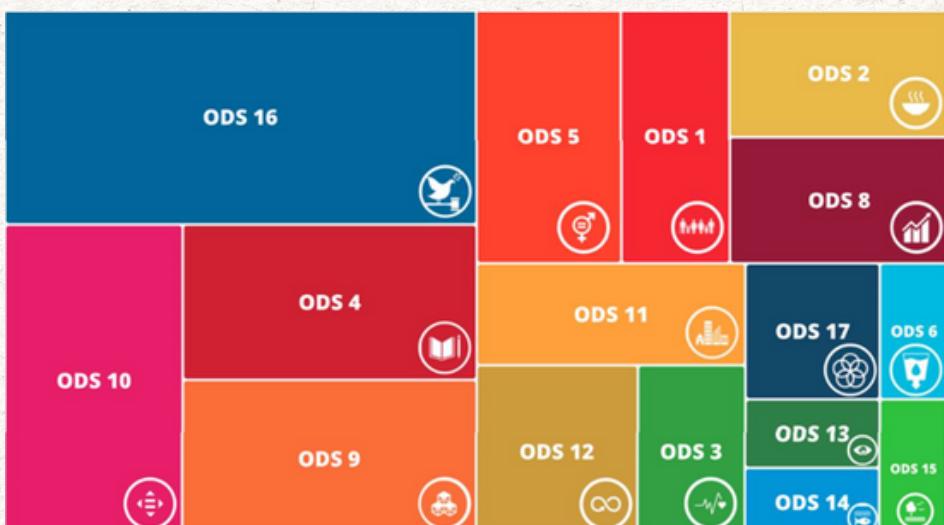
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Bujaru na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Bujaru e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

